



# REFERENCIAL ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALENTEJO CENTRAL

## Relatório II – O Referencial Estratégico

Estudo cofinanciado, integrado na Operação Assistência Técnica Alentejo 2020 – CIMAC

Arraiolos, 10 de agosto de 2017

## Índice

	<b>Pág.</b>
Nota prévia	<b>3</b>
O Referencial	<b>5</b>
I. Âmbito e objetivos	<b>5</b>
II. O processo de elaboração: as perguntas e as respostas	<b>7</b>
III. Linhas de orientação estratégica	<b>17</b>
IV. Áreas de intervenção	<b>19</b>
V. Contributos para um Plano de Ação	<b>23</b>
Anexos	
Anexo I – Síntese da informação recolhida junto dos atores locais nos <i>workshops</i> e Jornadas de Trabalho	<b>34</b>
Anexo II – Fontes de financiamento da economia social	<b>45</b>

## NOTA PRÉVIA

O presente documento – **Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central** – é parte integrante da Prestação de Serviços para a Elaboração de um Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central contratada à MONTE-ACE pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC).

O documento inicia com uma apresentação sumária da visão subjacente ao Referencial e desenvolve-se num conjunto de **capítulos**: o primeiro é dedicado à explicitação do âmbito e objetivos do Referencial, um segundo capítulo apresenta o processo de elaboração do Referencial, as perguntas formuladas e as respostas obtidas; um terceiro capítulo apresenta as linhas de orientação estratégica; no quarto capítulo, identificam-se e enquadram-se as áreas de intervenção do Referencial, prioritárias do ponto de vista da ação supramunicipal; e, por fim, no quinto capítulo organizam-se alguns contributos para um potencial plano de ação. Integram também este documento, dois **Anexos**: o Anexo I, dedicado à apresentação das conclusões das recolhas de terreno efetuadas nos *workshops* e nas Jornadas de Trabalho; e o Anexo II que apresenta um produto complementar, que poderá apoiar a concretização de ações propostas no Referencial e que é dedicado às fontes de financiamento da economia social.

### Três notas são importantes para enquadrar a análise do Referencial:

- O Referencial é suportado no **Diagnóstico Social do Alentejo Central**, apresentado em documento autónomo, no qual são enunciados os objetivos da prestação de serviços, o roteiro metodológico e as dinâmicas de desenvolvimento social do Alentejo Central. Neste contexto, uma análise mais aprofundada do Referencial não dispensa a leitura do Diagnóstico;
- O **foco** que presidiu à elaboração do Referencial foi a identificação daquele que pode ser o **valor acrescentado da intervenção da CIMAC**, supramunicipal, **numa ótica de valorização e complementaridade** com a intervenção social ao nível municipal e com as funções sociais do Estado, nomeadamente saúde, educação e apoio social. Deste modo, as propostas contidas no Referencial não esgotam as áreas de intervenção social identificadas como relevantes e, muito menos, as áreas possíveis de intervenção;

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

- As **áreas de intervenção** que estruturam o Referencial, decorrem da reflexão da equipa técnica sobre a informação recolhida e analisada e, fundamentalmente, das propostas efetuadas pelos atores locais nos *workshops* e Jornada de Trabalho realizados durante o estudo.

## O REFERENCIAL

**O Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central assume-se como instrumento de apoio à inclusão e desenvolvimento social e comunitário do Alentejo Central, no âmbito de uma estratégia supramunicipal da qual depende. O Referencial poderá assim promover a mediação institucional, a cooperação, a inovação e o enquadramento e a orientação do sistema de atores. Pretende-se complementar face às intervenções privadas, associativas ou públicas, nomeadamente as decorrentes das políticas públicas, e é fundamentalmente centrado em dimensões transversais de atuação identificadas como pertinentes no decurso do estudo.**

## I. ÂMBITO E OBJETIVOS

Equacionar o âmbito do Referencial Estratégico exige considerar as suas áreas de contributo potencial no quadro de um entendimento sobre o desenvolvimento social. No documento do diagnóstico são apresentados e discutidos alguns conceitos e perspetivas, sendo relevante destacar aqui o seguinte quadro de entendimento geral.

A missão da Ação Social<sup>1</sup> no quadro do desenvolvimento das sociedades e dos territórios, prende-se com o exercício da cidadania, a inclusão social de pessoas heterogéneas, a promoção da igualdade no acesso a bens e serviços, ao trabalho e ao rendimento e com a criação de condições para que todos os cidadãos possam exercer os seus direitos. Neste contexto, a resposta aos problemas concretos de condições de vida das populações e a qualidade de respostas sociais protagonizadas pelas diversas entidades públicas, privadas, solidárias, são elementos centrais a considerar no âmbito deste Referencial cuja preocupação é assegurar, propondo, a

---

<sup>1</sup>Poderíamos falar de Intervenção Social. Segundo alguns atores sociais, este termo, aponta para um espetro de atuação mais alargado, integrando, não só, as respostas imediatas, mas também o processo de acompanhamento, inclusão e autonomia. Contudo, quando falamos de Ação Social e Desenvolvimento Social é neste sentido: resposta associada à inclusão e aos processos de desenvolvimento do destinatário

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

complementaridade e o valor acrescentado do papel da Comunidade Intermunicipal na resposta às necessidades das pessoas e aos desafios de desenvolvimento social do Alentejo Central.

Entendemos neste contexto - sem qualquer preocupação de adesão a um ou outro conceito ou perspectiva de abordagem do social e assumindo a importância de aumentar a complementaridade e coerência entre intervenções públicas, privadas e solidárias e os níveis nacional, regional e local - que a inovação social é um fator fundamental para a melhoria das respostas aos desafios, tanto ao nível do dinamismo e sustentabilidade da economia social como da inovação em políticas públicas.<sup>2</sup> A Inovação social é entendida em três dimensões base: resposta e serviço, processo (processos de gestão, nomeadamente do desempenho, monitorização, medição de impactos), organizacional (forma de fazer e de liderar/ conduzir a ação). É nestas dimensões que importa atuar para desenvolver melhores respostas e acrescentar valor às que são as boas práticas já desenvolvidas no Alentejo Central, nomeadamente ao nível das Redes Sociais.

Neste âmbito, foram definidos dois principais objetivos para o Referencial:

- Propor margens de inovação e de criação de valor acrescentado nas respostas sociais existentes considerando, nomeadamente, as possibilidades de capacitação e cooperação de recursos no território;
- Construir um referencial estratégico 2017-2020, mobilizador do sistema de atores, orientado para o exercício de novas competências de planeamento e gestão na área social e gerador de valor acrescentado face às intervenções municipais.

É a resposta a estes dois objetivos que se procura estruturar nas áreas e as propostas do Referencial. Não tendo tido conhecimento da decisão final sobre o quadro de atribuições e competências das CIM em matéria de desenvolvimento social, a equipa propõe fundamentalmente intervenções transversais que, em qualquer dos cenários que se venha a verificar, poderão ser geradoras de valor acrescentado face às intervenções em curso.

---

<sup>2</sup> Estrutura de Missão Portugal Inovação Social

## II. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO: AS PERGUNTAS E AS RESPOSTAS

No processo de construção do Referencial Estratégico e das propostas sobre o seu contributo para o desenvolvimento social do Alentejo Central foram colocadas algumas **perguntas que orientaram o trabalho**, desde o seu início, e os momentos de reflexão e partilha com o sistema de atores:

- Quais as problemáticas e desafios de desenvolvimento social comuns ao Alentejo Central na perspetiva do sistema de atores?
- Quais as respostas e as intervenções que ganhariam relevância e coerência à escala supramunicipal na perspetiva do sistema de atores?
- Qual a informação e conhecimento que o sistema de atores deve possuir, de forma partilhada, de modo a reforçar a cooperação e a qualidade das respostas sociais?
- Quais as dimensões de conhecimento/ competências e monitorização que urge promover à escala supra local para inovar/ criar valor na resposta aos públicos?
- Quais os problemas que exigem, no quadro das discussões em curso sobre competências e atribuições das CIM, centralidade política e uma abordagem supramunicipal?
- Quais os domínios de articulação entre o Referencial e as políticas públicas sociais?
- E, por fim, qual o posicionamento e perspetiva da CIMAC sobre a consagração do desenvolvimento social como área de intervenção a privilegiar no quadro das suas competências?

Para responder às perguntas orientadoras da construção do Referencial a equipa utilizou um conjunto de **fontes de informação**, das quais se destacam:

- **O diagnóstico**, construído a partir da mobilização de informação estatística e de informação recolhida junto de um vasto leque de atores e entidades locais que procurou identificar um conjunto de problemáticas e desafios sociais que se colocam ao Alentejo bem como as respostas sociais que em cada município já se desenvolvem;
- **A visão do sistema de atores**, traduzida nos documentos por estes disponibilizados (nomeadamente, Diagnósticos, Planos, Respostas e Iniciativas) e na informação e reflexões partilhadas nas sessões de trabalho realizadas. Nestas (reuniões, *workshops* e Jornadas de Trabalho), cujos resultados são incorporados ao longo deste documento foram

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

---

recolhidos contributos escritos de todos os participantes sobre algumas das questões anteriormente enunciadas (vidé Anexo I);

- **O conhecimento e reflexão da equipa técnica** responsável pela elaboração do trabalho. De facto, a organização de um Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social a um nível supramunicipal exige um trabalho de construção e identificação de categorias de desafios e respostas, bem como a ponderação de condições de viabilidade para a sua operacionalização, necessariamente diferente de uma mera elencagem de problemas e/ ou sugestões.

Cumpre apenas uma nota complementar sobre as sessões de trabalho realizadas com os atores locais, que permitiram identificar a visão do sistema de atores e se revelaram fundamentais para a construção do Referencial<sup>3</sup>:

- **2 Workshops intermunicipais**, no Redondo e em Mora, no dia 08.05.2017, que contaram com a presença de um total de **22 representantes**, ao nível técnico e político, dos municípios. Nestes *workshops* partilharam-se os **resultados das 14 reuniões realizadas nos 14 municípios**, aprofundaram-se pistas de análise para o Referencial e recolheram-se contributos escritos sobre áreas de intervenção supramunicipal a privilegiar;

- **Jornadas de Trabalho**, em Évora, no dia 22.06.2017, que contaram com a presença de 52 representantes de entidades locais e regionais. Estas Jornadas, com sessões plenárias e 3 sessões temáticas paralelas, foram dedicadas, fundamentalmente, à recolha de contributos adicionais para a construção do Referencial a partir de testemunhos de especialistas e municípios e à reflexão, discussão e identificação de ações em 3 grandes áreas a considerar no Referencial Estratégico identificadas previamente com base na análise dos contributos recolhidos nos *workshops*. As áreas foram as seguintes: **Saúde Mental e Inclusão Social; Inserção Socioprofissional de Grupos Vulneráveis e Qualificação e Inserção Socioprofissional de Jovens; Envelhecimento Ativo no Contexto de Isolamento Crescente.**

---

<sup>3</sup> No documento dedicado ao Diagnóstico é apresentado o roteiro metodológico do Estudo Monte – Contrato de Fornecimento de Prestação Serviços CIMAC



## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

### **As respostas**

Foi o conjunto de informação, recolhida junto das fontes identificadas, que permitiu responder, ainda que de uma forma necessariamente incompleta ou inacabada, ao conjunto de questões orientadoras da construção do Referencial. Estas respostas, apresentadas seguidamente, **constituem a síntese estratégica do trabalho realizado e estão organizadas e priorizadas no Referencial**. As respostas informam e suportam o Referencial Estratégico, ou seja, as orientações estratégicas, áreas, prioridades e ações que o corporizam:

**- Quais as problemáticas e desafios de desenvolvimento social comuns ao Alentejo Central na perspetiva do sistema de atores?**

O diagnóstico elaborado, que suporta o Referencial, aponta para um conjunto de problemáticas, que devem ser configuradas como desafios à intervenção, em diferentes áreas do desenvolvimento social. A síntese seguidamente apresentada pretende relevar as dimensões chave e agregadas dessas problemáticas e dos dois desafios centrais que exigem atenção e foco ao nível de uma ação supramunicipal.

O desafio do desenvolvimento da comunidade, da cidadania, da inclusão social e da construção de futuros no Alentejo Central, exige respostas às seguintes problemáticas centrais

- Decréscimo acentuado de população residente associado ao forte envelhecimento, ao isolamento (físico e relacional), ao desemprego e ao crescimento da dependência das prestações sociais;
- Decréscimo de população jovem residente, nomeadamente da mais qualificada, associado a défices de qualificação escolar e profissional, a elevados níveis de desemprego jovem e a uma intervenção educativa pouco estruturada e concertada;
- Défice, generalizado, na capacidade, abrangência e especialização de serviços/ respostas nos seguintes principais domínios: prevenção e promoção da saúde mental, acesso aos cuidados de saúde da população mais vulnerável, inclusão de população portadora de deficiência e outra população vulnerável, minorias étnicas, vítimas de violência doméstica;

Monte – Contrato de Fornecimento de Prestação Serviços CIMAC

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

- Insuficiente mobilização e cooperação de recursos para a promoção do acesso melhoria das condições de habitação, nomeadamente habitação social, intervenção junto das crianças e jovens em risco, acesso aos cuidados de saúde da população mais vulnerável, acesso à justiça, acesso à mobilidade e transportes.

### O desafio do desenvolvimento do sistema de atores, das estratégias, dos recursos e das competências, exige respostas às seguintes problemáticas centrais

- Funcionamento pouco consolidado e orientado da Plataforma Supraconcelhia a que se associa a dificuldade das Redes Sociais (com grau diferenciado entre Redes) em planear, acompanhar e avaliar intervenções e respostas e práticas de cooperação intermunicípios débeis;

- Informação, conhecimento, instrumentos e práticas insuficientemente formalizados/ organizados e partilhados no território, escassos nalgumas áreas e pouco orientados para a atuação preventiva;

- Necessidade de reforço e desenvolvimento de competências no sistema de atores (conhecimentos, aptidões e atitudes), quer ao nível da gestão quer ao nível técnico (sobretudo, técnico especializado) quer ainda ao nível dos processos de trabalho (cooperação e trabalho em parceria).

**- Quais as respostas e as intervenções que ganhariam relevância e coerência à escala supramunicipal na perspetiva do sistema de atores?**

O trabalho realizado permitiu aferir a perspetiva do sistema de atores sobre as respostas e intervenções que gerariam valor se desenvolvidas à escala supramunicipal ou supralocal. Nos *workshops* realizados, foi perguntado aos municípios em que áreas e de que forma o Referencial Estratégico os podia ajudar e quais os domínios de atuação que consideravam importante contemplar. As respostas escritas dos municípios, encontram-se transcritas no Anexo I deste documento. Analisada esta informação e associada a reflexão decorrente da análise estatística, da análise de documentação disponível e da interpretação da centralidade e viabilidade das

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

propostas, sistematizam-se seguidamente o tipo de intervenções e respostas supramunicipais relevantes, na perspetiva do sistema de atores:

Podemos afirmar que **na perspetiva dos atores o referencial poderá constituir-se como um instrumento para mobilizar a plataforma supraconcelhia** e, neste contexto, valorizar a tipologia de intervenções e respostas.

- Diagnóstico de necessidades de intervenção ao nível supramunicipal e definição de critérios para os diagnósticos municipais – grelhas de diagnóstico; produção regular de conhecimento, sistema de informação para o desenvolvimento social do Alentejo Central;
- Estratégia e planeamento de intervenções – definição de prioridades, macro objetivos e plano supramunicipal de atuação para reforçar a coerência e relevância das intervenções;
- Criação de um sistema de monitorização supralocal;
- Criação de espaços de partilha de conhecimento, experiências, metodologia, entre os vários municípios;
- Criação/ apoio à criação de respostas especializadas, nomeadamente através da disponibilização de conhecimento, do apoio à transferibilidade de boas práticas e da angariação de recursos financeiros;
- Apoio à mobilização de financiamentos e candidaturas a programas para financiamentos de âmbito social e, também, no âmbito da inovação social;
- Mobilização e disponibilização de apoio financeiro, técnico e de acompanhamento às entidades de economia social;
- Conceber e dinamizar programas de intervenção social em áreas chave, que exigem cooperação de recursos e competências, em colaboração com entidades setoriais e no âmbito da plataforma territorial supraconcelhia: apoio à fixação de jovens, inserção de minorias étnicas, saúde mental, organização do acesso aos cuidados de saúde por parte da população mais vulnerável, inserção social de públicos vulneráveis, combate ao isolamento de idosos, organização da rede de oferta formativa para jovens, pobreza, habitação social.

**- Qual a informação e conhecimento que o sistema de atores deve possuir, de forma partilhada, de modo a reforçar a cooperação e a qualidade das respostas sociais?**

Monte – Contrato de Fornecimento de Prestação Serviços CIMAC

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

---

Os resultados do trabalho realizado ao longo do estudo, com forte contributo das recolhas de informação junto dos atores locais, permitiram identificar algumas áreas centrais de informação e conhecimento que se constituem como pilares base para reforçar a cooperação e a qualidade das respostas sociais. **A disponibilização da informação e conhecimento necessários e desejados, exige organização, construção e/ ou seleção e atualização periódica de dados e indicadores.** As principais áreas relativamente às quais é requerida informação/ conhecimento são as seguintes:

- Rede de equipamentos e respostas existentes no território – informação relevante, atualizada e acessível;
- Dinâmicas e problemas emergentes no território;
- Boas práticas e experiências municipais na resposta a problemáticas crescentes e/ ou emergentes, nomeadamente: envelhecimento ativo, combate ao isolamento, promoção da saúde mental, inserção de grupos vulneráveis, qualificação e fixação de jovens;
- Conhecimento técnico e científico relevante sobre problemáticas sociais e formas de intervenção (exs: inserção de grupos vulneráveis, inserção socioprofissional de jovens, promoção da saúde mental, promoção da cidadania, combate à pobreza, promoção do acesso aos cuidados de saúde, etc);
- Conhecimento de fontes de financiamento da economia social e das intervenções sociais, e da forma de acesso a essas fontes.

**- E quais as dimensões de conhecimento/ competências e monitorização que urge promover à escala supra local para inovar/ criar valor na resposta aos públicos?**

Quando a questão é a **inovação ou criação de valor**, as recolhas de informação junto dos atores locais apontam para a importância das seguintes dimensões estratégicas de atuação à escala supra local:

- Promover e valorizar o planeamento supramunicipal;

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

- Promover, periodicamente e com foco nas problemáticas comuns, a monitorização e avaliação periódica das intervenções sociais;
- Disponibilizar alguns instrumentos de dinamização e acompanhamento de intervenções que possam ser utilizados pelas diferentes entidades do território - – barómetro de indicadores sociais; bolsa de instrumentos e recursos;
- Dinamizar a cooperação de recursos (materiais, humanos e técnicos), assegurando, entre outros, a dinamização da plataforma supraconcelhia;
- Dinamizar a “aprendizagem com as boas práticas e as experiências municipais” e dinamizar novos serviços;
- Capacitar para a inovação nas respostas aos públicos: diferentes e novos serviços, novas e mais eficazes formas de trabalhar, competências de gestão e liderança de respostas;
- Disponibilizar e refletir sobre orientações de política pública nas áreas do desenvolvimento urbano, desenvolvimento local, saúde, educação-formação, economia e empresas, complementares às orientações de política social, e que permitam conceber respostas integradas aos públicos.

- **Quais os problemas que exigem, no quadro das discussões em curso sobre competências e atribuições das Comunidades Intermunicipais, centralidade política e uma abordagem supramunicipal?**
- **Quais os domínios de articulação entre o Referencial e as políticas públicas sociais?**

Do conhecimento que temos das reflexões em curso, e nomeadamente dos documentos que as suportam, destacamos **três principais domínios de centralidade política** no que respeita à abordagem supramunicipal do desenvolvimento social e que estão mais relacionados com o objeto deste estudo. São eles:

- **A identificação, captação e cooperação de recursos** (financeiros, materiais e humanos) para a resolução de problemas comuns aos respetivos territórios, num esforço partilhado com os serviços públicos presentes nos territórios;

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

- **A informação, dinamização e capacitação do sistema de atores**, destacando-se o papel de animação das Redes Sociais e a dinamização da Plataforma Supraconcelhia;
- **A gestão de recursos e a inovação na organização e/ ou dinamização de respostas aos problemas sociais**, organizando e partilhando informação relevante e periódica de interesse comum e de âmbito regional – exs: Carta Social Supramunicipal, definição de prioridades de oferta formativa, fixação e atração de população e competências nos territórios.

Cumprir a este propósito o contributo dado pela discussão, em curso, sobre as propostas de atribuições e competências das CIM, em matéria de intervenção social, contempladas no “Documento Orientador, Descentralização, Aprofundar a Democracia Local” (República Portuguesa, Ministro Adjunto). A dinamização da cooperação, nomeadamente através de plataformas supraconcelhias, a organização e gestão do conhecimento para a intervenção, a resposta a problemáticas de inclusão que exigem recursos e atuações concertadas, são apenas alguns dos exemplos de domínios, também referidos pelo sistemas de atores nas sessões de trabalho realizadas, que exigem uma perspetiva holística e integradora das intervenções locais. Inovar em termos de produto/ serviço, processos de trabalho, organização e liderança das respostas exige contar com todos e dispensa considerar a, por vezes recorrente e infrutífera, divisão/ separação entre economia social tradicional e a denominada nova economia social. Importa fundamentalmente identificar de que maneira se pode responder melhor, com mais qualidade, com melhores resultados para os destinatários e uma maior eficiência e eficácia na aplicação de recursos. E isto, implica inovação ao nível do serviço, dos processos de trabalho, da organização de respostas e da liderança de soluções que ganha pertinência a uma escala supramunicipal.

**- Qual o posicionamento e perspetiva da CIMAC sobre a consagração do desenvolvimento social como área de intervenção a privilegiar no quadro das suas competências?**

O **posicionamento da CIMAC** relativamente à consagração do desenvolvimento social como área de intervenção no quadro das suas competências está, obviamente, dependente das reflexões e decisões tomadas nas sedes próprias para o efeito, sendo a afirmação de uma linha de Monte – Contrato de Fornecimento de Prestação Serviços CIMAC

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

posicionamento dependente das estratégias e decisões do conjunto dos municípios que integram a Comunidade Municipal, das competências que vierem a ser atribuídas bem como dos recursos disponíveis e mobilizáveis para o efeito. Neste contexto, e embora se considere a questão pertinente no contexto deste trabalho, não cumpre aqui, nem à equipa técnica, esta resposta.

Contudo, e a partir da informação recolhida nas diversas sessões de trabalho com os atores locais, afigura-se relevante sistematizar, como resposta à questão colocada, **três níveis ou domínios de ação que poderão contribuir para a reflexão que a CIMAC fará sobre o posicionamento e papel a assumir na promoção do desenvolvimento social do Alentejo Central.**

Estes níveis ou domínios de ação, relacionam-se com a perspetiva dos atores locais relativamente ao valor acrescentado que a CIMAC pode aportar à concretização dos desafios de desenvolvimento social do Alentejo Central e são abordados e refletidos nas respostas às perguntas anteriores e também nas propostas de áreas e ações do Referencial.

- a) **Informação, partilha de conhecimento e capacitação do sistema de atores,** promovendo ações de interesse comum que reforcem a capacidade de leitura e intervenção sobre os desafios e a territorialização das políticas públicas.

Definimos territorialização de políticas públicas (Figueiredo, 2010; Figueiredo e Babo, 2015), como uma equação que envolve essencialmente três dimensões: um território pertinente para territorializar uma política pública; orientações centrais claramente assumidas para a política pública que se pretende territorializar; existência de racional estratégico de âmbito local e sub-regional que possa emergir no território pertinente selecionado para interagir e influenciar a política pública concebida descendentemente. É para esta terceira dimensão, que a informação e capacitação do sistema de atores pode contribuir. A organização, seleção e partilha de informação relevante (ex: conhecimento produzido a nível regional, nacional e mundial sobre os problemas), o desenvolvimento de estudos de diagnóstico e de avaliação de resultados e impacto e a capacitação de técnicos e entidades (organizando programas de capacitação, *workshops* e outras sessões de trabalho/ aprendizagem orientados para necessidades identificadas) são, entre outros, vetores estratégico de atuação supramunicipal sobre os quais importa refletir;

b) **A promoção da cooperação de recursos** (humanos e financeiros) em prol da resolução de problemas comuns. A conceção e organização de uma rede de apoio à população idosa e vulnerável mais isolada (organizando a cooperação de recursos nomeadamente ao nível do transporte, mobilidade e apoio técnico especializado) é disto exemplo.

c) **O combate à desertificação, nomeadamente ao decréscimo de população jovem residente e qualificada e qualificação da população.** A organização de um programa de ação, ao nível da sub-região, orientado para a fixação de população jovem no Alentejo Central, com intervenção na valorização dos percursos educativos e formativos e no apoio à construção de respostas de inserção socioprofissional constitui um tipo de ação relevante para uma Comunidade Intermunicipal enquanto mediador e dinamizador do sistema de atores (municípios, escolas, redes sociais e empregadores, etc).

**As orientações estratégicas, as áreas de intervenção, prioridades e ações propostas para o Referencial Estratégico, organizam toda a informação recolhida e análise desenvolvida, atendem ao âmbito potencial de atribuições da CIMAC e acolhem as dimensões chave de intervenção supramunicipal que o sistema de atores que participou neste estudo considera relevantes.**



### III. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

No contexto anteriormente enunciado, sinalizam-se três pressupostos base da construção do Referencial, ou, dito de outro modo, **três grandes e principais linhas de orientação estratégica** subjacentes à sua construção:

#### Complementaridade de planos de intervenção

Num contexto de diversidade de dinâmicas, atores, e estratégias municipais e, simultaneamente, problemáticas e desafios comuns, escassez de recursos e assimetria de informação e conhecimento, que se manifestam de forma e com grau diferente em cada um dos territórios, o desenvolvimento social do Alentejo Central, e de cada um dos seus municípios, exige, concomitantemente, **dois planos de intervenção complementares e articulados com as funções sociais do Estado e as políticas nacionais:**

- Municipal - políticas de desenvolvimento social à escala municipal e respostas contextualizadas em função dos públicos, da incidência das problemáticas e das características do sistema de atores e assentes numa lógica de proximidade às populações e customização das intervenções;
- Supramunicipal numa lógica intermunicipal – referenciais, estratégia e programas orientados para a identificação e concertação de vontades, competências e recursos, com o objetivo de promover, organizar e operacionalizar respostas a desafios comuns e partilhados, suscetíveis de serem organizadas e/ ou promovidas à escala supramunicipal, e no sentido da angariação, mobilização e gestão de recursos (materiais e humanos) e da capacitação de entidades e pessoas. Trata-se de um plano de intervenção orientado para influenciar e acrescentar valor às políticas públicas concebidas descendentemente e às políticas sociais municipais.

#### Foco e Operacionalidade

A construção de um Referencial Estratégico pretende-se um instrumento dinâmico e operacional, apropriado e utilizado pelo atores regionais e locais. O foco nas prioridades e necessidades

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

comuns dos municípios associadas à coesão social e desenvolvimento do território, constitui um pilar base, embora não suficiente, da operacionalidade e viabilidade do Referencial Estratégico. Importa assim, conferir prioridade às intervenções com maior potencial de viabilidade, efeito demonstração e de alavancagem de práticas e experiências desenvolvidas e em curso, no quadro de atribuições, atuais e potenciais, da CIMAC.

### Criação de Valor

O Referencial Estratégico apela à criação de valor na fundamentação, organização, funcionamento, resultados e impactos das intervenções, na eficiência das intervenções e na adequação das respostas aos públicos-alvo. Deste modo, aponta pistas para intervir em domínios que promovem a inovação nas respostas sociais, quer ao nível de novos serviços, quer ao nível dos processos. Organizar e reforçar conhecimento e instrumentos, capacitar e mobilizar pessoas, identificar e organizar recursos, promover intervenções sustentadas, são ideias chave na perspetiva de resposta a necessidades atuais e previsionais/ futuras.

A criação de valor está fortemente associada à existência de um ecossistema de competências, capacitação e de recursos, nomeadamente financiamento, que pode ser despoletada por uma ação supramunicipal estrategicamente orientada.

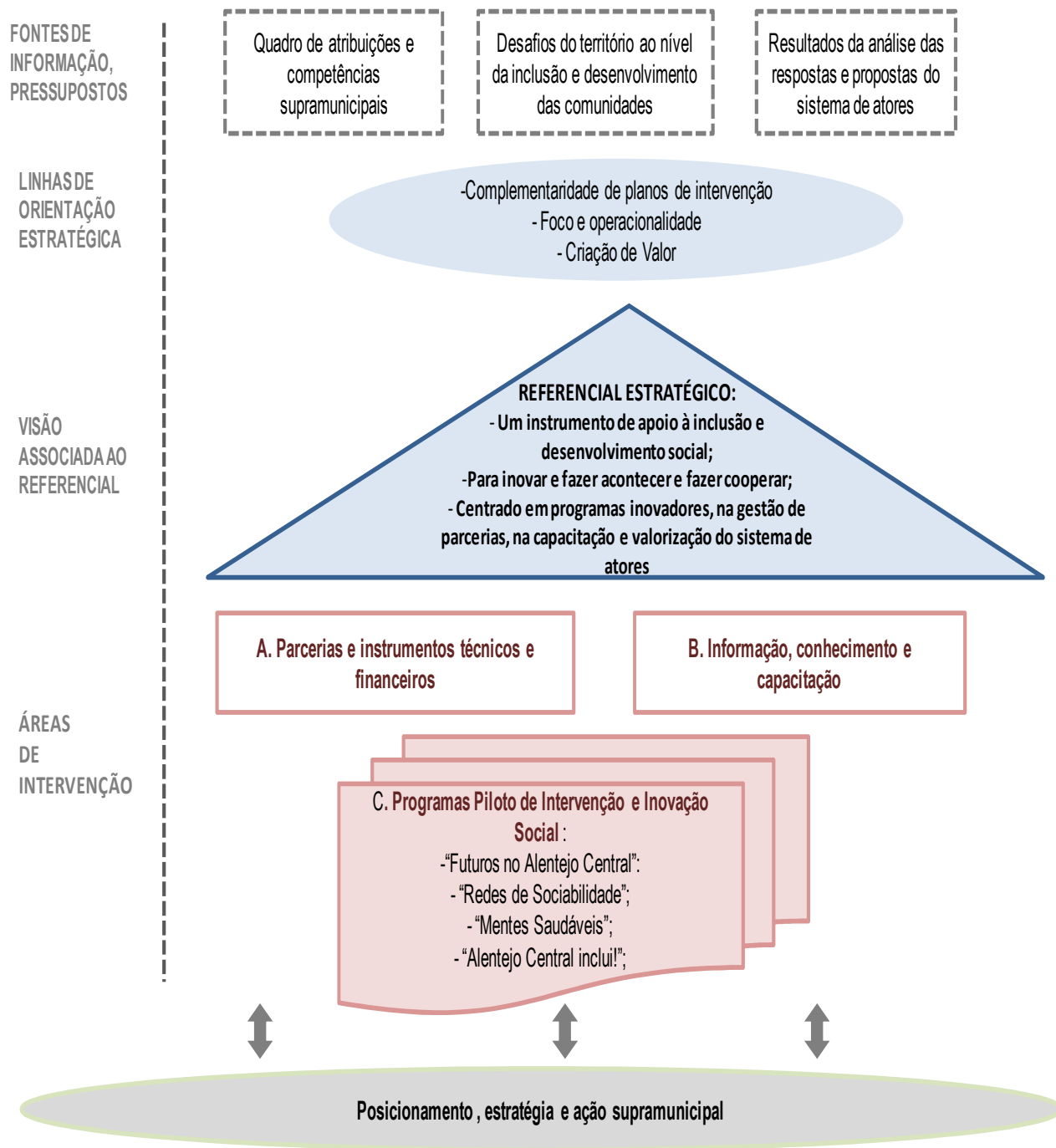
#### **IV. ÁREAS DE INTERVENÇÃO**

Assumidas as linhas de orientação estratégica, validadas na discussão do relatório intermédio e nas Jornadas de Trabalho realizadas, e com base na informação e análise anteriormente apresentadas, identificam-se **três grandes áreas de intervenção para o Referencial Estratégico de Desenvolvimento Social para o Alentejo Central**. No relatório intermédio foi já apresentado um primeiro draft destas áreas. Com o aprofundamento da reflexão da equipa e a informação adicional recolhida nas Jornadas de Trabalho, reorganizaram-se as propostas, mantendo-se contudo a validade da tipologia de intervenções então apresentadas.

O esquema apresentado seguidamente procura sistematizar o Referencial – o seu enquadramento, pressupostos, orientações e dimensões de ação -, propondo três grandes áreas de intervenção que são especificadas neste documento.

# Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central



## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

As três áreas de intervenção identificadas representam domínios de contributos potenciais, são complementares e requerem intervenções de natureza diferente. São as seguintes:

- A. Parcerias e instrumentos técnicos e financeiros: identificação, organização/ mobilização
- B. Informação, conhecimento e capacitação
- C. Programas piloto de intervenção e inovação social

**As duas primeiras são áreas associadas aos Recursos para Intervir e Inovar e constituem uma proposta de resposta ao desafio do desenvolvimento do sistema de atores, das estratégias, dos recursos e das competências e, conseqüentemente, uma resposta às problemáticas a ele associadas.** Deste modo, elas são também áreas suporte dos Programas piloto que constituem a terceira área de intervenção.

Os recursos que é necessário identificar, organizar, mobilizar, desenvolver, capacitar e/ ou atrair são de natureza diversa e, num contexto de desafios cada vez mais complexos e diversificados, devem constituir focos de atenção e atuação permanentes. Destacam-se as seguintes tipologias de recursos: informação (estatística, documental, quantitativa, qualitativa), conhecimento (transversal e especializado), instrumentos e técnicas de intervenção (em áreas diversas), fontes de financiamento e financiamentos, entidades/ pessoas, competências e parcerias.

As duas primeiras áreas – **“Parcerias e instrumentos técnicos e financeiros”** e **“Informação, conhecimento e capacitação”** - apelam à interlocução institucional, à dinamização de processos e instrumentos de trabalho e à comunicação com o sistema de atores. O seu impacto potencial centra-se nas entidades e nos profissionais e na capacitação destes para intervir. Respeitando a orientação da operacionalidade do Referencial, autonomizaram-se estas duas áreas uma vez que configuram intervenções diferenciáveis e que exigem competências que também se podem diferenciar.

Neste contexto, a primeira área, requer sobretudo capacidade de interlocução institucional da entidade supramunicipal junto dos serviços e organismos sociais (apoio social, saúde educação, justiça ..), competências de animação e coordenação de parcerias, estratégia na captação de recursos, nomeadamente financeiros e concertação de vontades e posicionamentos no território.

Monte – Contrato de Fornecimento de Prestação Serviços CIMAC

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

---

A segunda área - “Informação, conhecimento e capacitação” - exige, fundamentalmente, competências técnicas, competências de organização de informação e conhecimento, competências de interlocução e de mobilização dos detentores e produtores de conhecimento.

A terceira área de intervenção, denominada “**Programas piloto de intervenção e inovação social**”, **enquadra propostas de intervenção supramunicipal para resposta aos públicos em domínios de problemáticas comuns aos municípios**. Propõe algumas respostas, sobre a forma de programas piloto, ao desafio do desenvolvimento da comunidade, da cidadania, da inclusão social e da construção de futuros no Alentejo Central.

Trata-se assim de uma **proposta de ação supramunicipal sobre as problemáticas sociais identificadas como de intervenção prioritária**. As orientações que presidem a estes programas piloto são duas:

- Criar ou desenvolver respostas que é difícil e/ ou ineficiente construir à escala local ou municipal e que implicam a cooperação de recursos escassos;
- Inovar, alavancando ou alargando práticas locais, desenvolvendo novas respostas, novos processos de trabalho e/ ou novas formas de gestão e liderança de intervenções.

São **4 Programas Piloto que se propõem** e que poderão ser promovidos pela CIMAC no quadro de uma estratégia supramunicipal de inovação e desenvolvimento social. Os Programas, que encontram contributos para a sua organização e operacionalização do capítulo seguinte deste documento, são:

- “**Futuros no Alentejo Central**” – centrado no desafio da fixação de jovens, emprego e retenção de competências;
- “**Redes de Sociabilidade**” – orientado para a resposta ao isolamento da população, nomeadamente da população idosa;
- “**Mentes Saudáveis**” – centrado na organização de recursos para a promoção da saúde mental;
- “**Alentejo Central inclusivo**” – orientado para a valorização e desenvolvimento de práticas e estratégias de inclusão de grupos mais vulneráveis.

## V. CONTRIBUTOS PARA UM PLANO DE AÇÃO

Pretende-se neste capítulo disponibilizar alguns **elementos de reflexão e pistas de atuação para a concretização de intervenções nas áreas identificadas no Referencial**.

É nossa convicção que a partilha de propostas sobre o conteúdo possível de cada área de intervenção pode suportar uma reflexão, junto da CIMAC, sobre a pertinência e viabilidade de se construir e concretizar um Plano de Ação Supramunicipal para a Intervenção Social. As áreas e as sugestões de ações possíveis associadas a cada uma delas, encontram-se fortemente articuladas com as problemáticas/ desafios, as dinâmicas em curso e as perspetivas e vontades dos atores que participaram neste estudo. São complementares, podem ser objeto de reorganização e devem ser aprofundadas, mas têm a vantagem de alargar o leque de alternativas de resposta a prioridades identificadas.

Necessariamente, a construção do referido plano exige, entre outros, a afirmação de uma estratégia supramunicipal, o reforço de recursos na CIMAC, a validação das propostas do Referencial, a sua especificação e o seu enquadramento financeiro. Relativamente a este último aspeto, releva-se o contributo do documento em anexo (anexo II – Fontes de Financiamento da Economia Social) cuja leitura pode suscitar a procura de soluções.

**Área de Intervenção:**  
**Parcerias e instrumentos técnicos e financeiros**

Enquadramento e destinatários	Algumas ações possíveis
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esta área enquadra respostas possíveis ao desafio do desenvolvimento do sistema de atores, das estratégias, dos recursos e das competências, colocando o foco na ação supramunicipal ao nível da identificação, organização/ mobilização de parcerias e instrumentos técnicos e financeiros;</li> <li>- Trata-se uma área suporte, que tem por destinatários diretos as entidades da economia social e das redes sociais, que pode alavancar e qualificar as intervenções junto das populações;</li> <li>- Sem prejuízo das políticas e estratégias municipais, os atores reconhecem a mais-valia da criação de linhas de estratégias de intervenção supramunicipal, desenvolvimento de instrumentos e bolsas de recursos partilhados no território, a potencial eficácia de estratégias conjuntas para a captação de financiamentos e, entre outros, a definição de alguns critérios comuns na resposta a algumas situações e públicos que exigem maior especialização de intervenções ou maiores dotações de recursos;</li> <li>- Assegurar a cooperação de pessoas, competências e meios, alavancando a Plataforma</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dinamização da plataforma supraconcelhia no quadro da estratégia supramunicipal de desenvolvimento social;</li> <li>- Criação de uma bolsa supramunicipal de recursos técnicos: a) equipa multidisciplinar supramunicipal; b) plataforma de acesso ao conhecimento sobre respostas, práticas e financiamentos; c) carta social supramunicipal; d) plano supramunicipal de atuação com orientações e critérios para o acompanhamento e monitorização de intervenções; e) documentação técnica e científica sobre as áreas de desenvolvimento social e a inovação social;</li> <li>- Mobilização de recursos físicos, técnicos e financeiros presentes no território que podem beneficiar um conjunto mais vasto de população e territórios. A identificação de possibilidades e a formulação de propostas de rentabilização de edifícios e de reafecção e partilha de espaços, metodologias de intervenção e instrumentos, são exemplos possíveis;</li> <li>- Construção de linhas de orientação para o desenvolvimento de uma política comum de</li> </ul>



Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

<p>Supraconcelhia, é uma prioridade central nesta área de intervenção.</p>	<p>reabilitação urbana e promoção do acesso à habitação;</p> <p>- Apoio à mediação e interlocução institucional entre autarquias, serviços sociais, serviços de saúde, serviços educativos e justiça.</p>
--	---

**Área de Intervenção:**  
**Informação, conhecimento e capacitação**

Enquadramento e destinatários	Algumas ações possíveis
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tal como a anterior, esta área enquadra respostas possíveis ao desafio do desenvolvimento do sistema de atores, nomeadamente das suas competências. Configura intervenções especificamente orientadas para a capacitação de profissionais e entidades, com potencial impacto direto na qualidade e eficácia das intervenções;</li> <li>- Trata-se assim de uma área suporte, que deve servir, nomeadamente, os programa piloto propostos, tem por destinatários diretos as entidades e profissionais da economia social e das redes sociais. Se assumida ao nível supramunicipal, esta área potencia a criação de valor nas intervenções locais e favorece a interlocução com as políticas e decisores;</li> <li>- Exige-se informação e conhecimento para intervir; e os atores reconhecem, valorizam e atribuem prioridade a esta tipologia de recursos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de um painel de indicadores relevantes, fidedignos e suscetíveis de serem atualizados, disponíveis e suportados num sistema de informação operacional e acessível ao território. A seleção de indicadores a partir do diagnóstico social integrado neste estudo, pode constituir um bom ponto de partida;</li> <li>- Diagnóstico, monitorização e avaliação de políticas e intervenções sociais, elaborados de forma periódica a nível supramunicipal com produção de fichas municipais de indicadores e propostas;</li> <li>- Plano de capacitação para a economia social, em colaboração com instituições universitárias e serviços públicos de saúde, sociais e de educação-formação. Este plano deve contemplar ações segmentadas em função do público-alvo, que deve ser constituído por dirigentes, técnicos e operacionais das entidades. Áreas de competência a desenvolver: a) trabalho em parceria e em rede; b) gestão, monitorização e avaliação de práticas; c) comunicação; d) conhecimento das organizações e respostas existentes no território; e) conhecimentos especializados e competências de intervenção nas áreas da</li> </ul>

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

<p>Informação e conhecimento relevantes, acessíveis e partilhados, constituem uma peça chave da eficiência e eficácia do planeamento, dos diagnósticos e das intervenções sociais;</p> <p>- Adicionalmente, a capacitação organizacional e o desenvolvimento de competências nas entidades e pessoas que promovem e desenvolvem intervenções sociais, constituem aspetos chave do desenvolvimento social.</p>	<p>saúde mental, inserção de minorias étnicas, inserção de públicos vulneráveis e portadores de deficiência</p> <p>- Programa de <i>Workshops</i> temáticos: a) partilha de boas práticas, experiências e resultados das redes sociais; b) identificação de domínios de cooperação intermunicipal; c) partilha de experiências com outras regiões, nacionais e europeias; d) partilha de reflexões e metodologias de intervenção, com participação de especialistas.</p>
---	--

**Área de Intervenção:**  
**Programas piloto de intervenção e inovação social**

### Enquadramento e destinatários:

Esta área de intervenção enquadra programas supramunicipais dirigidos a públicos específicos e em domínios de problemáticas, comuns aos municípios, às quais urge dar resposta reforçada, mais estratégica e/ ou mais articulada. Denominada “**Programas piloto de intervenção e inovação social**”, propõe algumas respostas, sobre a forma de programas piloto, ao desafio do desenvolvimento da comunidade, da cidadania, da inclusão social e da construção de futuros no Alentejo Central.

Os **destinatários** destes programas são os jovens do Alentejo Central (programa piloto 1), a população mais idosa e, sobretudo os idosos isolados (programa piloto 2), a população com necessidade de apoio ao nível da saúde mental (programa piloto 3) e, por fim, a população residente mais vulnerável por motivos diversos (programa piloto 4). Estes **destinatários e os domínios dos programas** propostos foram enunciados no relatório intermédio, tendo sido agora reorganizados e enriquecidos. As Jornadas de Trabalho confirmaram as prioridades identificadas ao longo do estudo e permitiram aprofundar reflexões e propostas de ação.

As **orientações** que presidem a estes programas piloto traduzem a necessidade de inovação, de especialização de intervenções, de segmentação de públicos e de cooperação de recursos. Deste modo os programas piloto beneficiam das ações de carácter transversal, propostas nas duas áreas de intervenção anteriormente explicitadas, e requerem ações específicas.

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Resulta claro, que as respostas com maior exigência de especialização (ex: saúde mental e grupos mais vulneráveis à exclusão), as respostas cuja qualidade e eficiência exige a combinação permanente de recursos (ex: combate ao isolamento de idosos) e as respostas que, por motivos demográficos ou outros, só ganham relevância e viabilidade à escala supramunicipal (ex: qualificação e inserção profissional de jovens), estão no cerne das prioridades a considerar.

### Programas e ações possíveis

#### - Programa piloto 1 - “Futuros no Alentejo Central”

Centrado no desafio da fixação de jovens, emprego e retenção de competências este poderá ser sobretudo um programa que apoia a construção de futuros e contribui para o desenvolvimento económico e social do Alentejo Central. O Alentejo Central tem cada vez menos jovens, menos jovens residentes e menos jovens residentes qualificados e com competências diferenciadoras.

Importa assim equacionar o desenvolvimento de uma política pública supramunicipal, dirigida aos jovens e aos jovens mais qualificados, com foco em duas principais dimensões de atuação:

- Educação, qualificação e aprendizagem ao longo da vida - promoção da relevância da oferta educativa e formativa, reforço do acesso à qualificação e à aprendizagem ao longo da vida;
- Trabalho e rendimento – criação de oportunidades e apoios ao regresso e fixação de jovens;
- Qualidade de vida – políticas de desenvolvimento urbano que favoreçam o acesso a equipamentos e consumos culturais e artísticos.

Neste contexto, enunciam-se algumas **ações possíveis** ao nível das duas primeiras dimensões anteriormente enunciadas:

- a) Elaborar um diagnóstico e propostas para reforçar a relevância da rede de ofertas educativas, nomeadamente de nível secundário e dupla certificação, analisando a coerência com o ensino superior e promovendo a antecipação e a resposta a necessidades e procura de quadros intermédios na região;
- b) Elaborar propostas para o desenvolvimento de percursos de educação-formação e aprendizagem ao longo da vida, customizados e orientados para o aumento dos níveis de qualificação e competências dos jovens residentes;
- c) Identificar jovens que queiram ficar ou regressar e dinamizar uma parceria com rede de empregadores, com o objetivo de identificar oportunidades de inserção profissional;

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

- d) Criar um fundo supramunicipal de financiamento à fixação e regresso de jovens qualificados ao Alentejo Central;
- e) Organizar e dinamizar um evento “Futuros no Alentejo Central” dirigido aos jovens e ao sistema empregador, orientador para a partilha de informação sobre necessidades e procura de competências, a realização de pequenas conferências e a troca de informação sobre oportunidades de trabalho na região.

### - Programa piloto 2 - “Redes de Sociabilidade”

Esta proposta é orientada para a resposta ao isolamento da população residente, e especificamente da população mais idosa. O combate ao isolamento físico e relacional da população idosa residente é um dos maiores desafios identificados pelos atores sociais e um dos mais exigentes no que respeita à mobilização de recursos.

Este combate passa pela criação e desenvolvimento de redes de sociabilidade que exigem um melhor e mais generalizado acesso a serviços sociais, culturais e de saúde. O isolamento dos idosos, muito expressivo no Alentejo Central, condiciona fortemente as suas condições de vida e potencia a procura de soluções corretivas junto do sistema nacional de saúde e dos serviços sociais.

O desenvolvimento de redes de sociabilidade, que incluem a prestação de cuidados e as ações preventivas, permite uma maior eficiência na afetação de recursos e o aumento da qualidade de vida das populações.

Neste contexto, enunciam-se algumas **ações possíveis** e identificadas como relevantes:

- a) Levantamento supramunicipal da situação dos idosos isolados: quantos e sua caracterização; qual a rede de suporte; apoios disponibilizados; necessidades manifestas e implícitas. Este levantamento deve ser feito através da Plataforma Supraconcelhia e por uma equipa multidisciplinar mobilizada junto das redes sociais e/ ou constituída pela CIMAC e com liderança supramunicipal;

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

- b) Identificação da viabilidade de criação de serviços de transporte, de âmbito supramunicipal e que criem maior eficiência de recursos nos serviços em territórios fronteira de um ou mais municípios, para acesso dos idosos a serviços e cuidados e para o desenvolvimento de iniciativas recreativas e terapêuticas nos locais;
- c) Construção e concretização de um plano de ação orientado para a criação de redes de sociabilidade de âmbito intermunicipal, com incidência em territórios de proximidade, suportadas na disponibilização de ações preventivas do isolamento relacional.

### - Programa piloto 3 - “*Mentes Saudáveis*”

Esta é uma proposta de programa centrado na organização de recursos para a promoção da saúde mental, com foco no reforço de conhecimento das problemáticas da saúde mental, e suas traduções junto dos diferentes segmentos populacionais, e na capacitação de profissionais e entidades para a intervenção. Neste domínio de problemas cada vez mais generalizados, as diferentes patologias atingem vários grupos populacionais, com destaque para a população idosa, a população com comportamentos aditivos, a população vulnerável por motivos económicos, financeiros e de saúde.

Difícil de definir, não consagrada como área prioritária da política pública e ainda pouco estudada e/ ou valorizada, a promoção da saúde mental exige, também pela diversidade de patologias que se revelam e de grupos populacionais afetados, conhecimento e recursos especializados, metodologias de investigação-ação e um enfoque nas ações preventivas.

Identificado o défice, generalizado, na capacidade, abrangência e especialização de serviços/respostas neste domínio, a promoção da saúde mental é reconhecida como prioritária pela maioria dos atores que participaram no estudo e que partilharam evidências da relação entre a saúde mental, ou a ausência dela, e a inserção socioprofissional, a inclusão social e o exercício da cidadania.

Os destinatários deste programa são as pessoas com patologias associadas à saúde mental e, em geral, toda a população residente no Alentejo Central.

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Neste contexto, enunciam-se algumas **ações possíveis** com liderança supramunicipal:

- a) Conhecer a problemática e os desafios associados à promoção da saúde mental: recolha e seleção de indicadores; diagnóstico da situação no Alentejo Central; facilitação do acesso à informação, orientações e documentação produzidos a nível nacional e europeu sobre a saúde mental;
- b) Constituir e dinamizar um grupo de ação no âmbito da Plataforma Supraconcelhia para reforço da interlocução e comunicação com os serviços de saúde, no que respeita à identificação de patologias, encaminhamento de população e organização de respostas;
- c) Conceção e dinamização de um programa de sensibilização e educação para a saúde mental, dirigido à população em geral, com o objetivo de apoiar a convivência com pessoas portadoras de algumas patologias, combater o isolamento e promover a inclusão;
- d) Conceção de um programa de capacitação, em colaboração com especialistas e centros de conhecimento – universidades, centros de investigação, serviços de saúde – dirigido a profissionais de entidades da economia social (técnicos e dirigentes). Este programa pode incluir *workshops* temáticos dirigidos à partilha de boas práticas, conferências especializadas, sessões de consultoria-formativa, apoio especializado à prevenção ou resolução de problemas.

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

### - Programa piloto 4 - “Alentejo Central inclusivo” –

Trata-se de uma proposta de Programa orientado para a valorização e desenvolvimento de práticas e estratégias de inclusão de grupos económica e socialmente vulneráveis e/ ou em risco de exclusão social. Tem um carácter mais abrangente que os programas anteriores, no que respeita a públicos-alvo, sendo dirigido à população residente mais vulnerável dos pontos de vista social, económico, financeiro, cultural, saúde. Tal como no caso da promoção da saúde mental (domínio individualizado no programa anterior) foram identificadas lacunas na capacidade, abrangência e especialização de serviços/ respostas, particularmente no acesso aos cuidados de saúde por parte da população mais vulnerável, nas respostas às crianças e jovens em risco, na inclusão de população portadora de deficiência, de minorias étnicas e de vítimas de violência doméstica.

A resposta a estes desafios exige respostas de proximidade e customizadas mas é na capacidade de organização e mobilização de recursos – técnicos, humanos e financeiros – que poderá residir o valor acrescentado da intervenção supramunicipal.

Neste contexto, enunciam-se algumas **ações possíveis** com liderança supramunicipal:

- a) Diagnosticar mais aprofundadamente, e com indicadores e critérios comuns, os diferentes contextos e segmentos populacionais mais vulneráveis, as suas manifestações e necessidades de apoio;
- b) Construir um conjunto de orientações estratégicas para a construção de respostas mais integradas à pobreza, à inserção de minorias étnicas e de pessoas portadoras de deficiência. Esta ação deve suportar-se no conhecimento existente nas Redes Sociais, na participação do sistema de atores, na análise de boas práticas e no recurso a apoio especializado;
- c) Disponibilizar apoio nas respostas aos públicos vulneráveis, através da bolsa supramunicipal de recursos, nomeadamente na mediação e interlocução com os serviços de educação, saúde e/ ou justiça e na construção de soluções que exijam cooperação de recursos ao nível intermunicipal;
- d) Promover um programa de informação e capacitação de grupos de população vulnerável, organizado em função das características, contextos e necessidades dos segmentos de destinatários e orientado para o desenvolvimento de competências pessoais e relacionais, competências de comunicação e exercício da cidadania.

## **FICHA TECNICA**

### **Equipa Técnica Monte - ACE:**

Marta Alter, Diretora Técnica

Inácia Lopes Rebocho, Coordenação projetos

Ricardo Carretas, Dinamização de projetos

### **Consultores:**

Clara Correia

Filipa Barreira

Mariana Rodrigues

## **ANEXOS**

**ANEXO I – SÍNTESE DA INFORMAÇÃO RECOLHIDA JUNTO DOS ATORES LOCAIS NOS WORKSHOPS E NAS JORNADAS DE TRABALHO**

**ANEXO II – FONTES DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA SOCIAL**



## **ANEXO I – SÍNTESE DA INFORMAÇÃO RECOLHIDA JUNTO DOS ATORES LOCAIS NOS *WORKSHOPS* E NAS JORNADAS DE TRABALHO**

## I.1. **Workshops: Síntese da informação recolhida**

### ► O que disseram os municípios e atores sociais?

Nas sessões de trabalho (reuniões e workshops) realizados no decurso da elaboração deste diagnóstico foi possível obter a **visão do sistema de atores sobre duas questões centrais**:

- Quais os principais elementos que devem estar subjacentes à criação de um Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central?
- Em que é que o Referencial Estratégico pode ajudar cada um dos municípios e o Alentejo Central?

Sem preocupações de organização ou eliminação de redundâncias ou repetições, **transcrevem-se** seguidamente os aspetos referidos pelos atores presentes nas sessões de trabalho relativamente a cada uma das questões enunciadas.

### **Quais os principais elementos que devem estar subjacentes à criação de um Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central?**

- ✓ Diagnóstico supramunicipal deverá permitir uma atualização permanente dos dados estatísticos referentes a cada município e que funcione como fundamentação das intervenções no terreno;
- ✓ Implementação de um sistema de monitorização que permita acompanhar as intervenções na área social em termos da Região AC;
- ✓ Potenciar o envolvimento de diferentes atores nas fases de planeamento e avaliação das intervenções na área social;
- ✓ Planeamento dos equipamentos sociais ao nível supramunicipal e não apenas ao nível das organizações e dos municípios;
- ✓ Estruturação do ensino profissional desajustada com a necessidade de emprego da região, não respondendo, em particular, às necessidades da população mais jovem – reestruturação deveria ser da competência da CIM;
- ✓ CIM com responsabilidade na redução da competição financeira das intervenções proposta;
- ✓ Necessidade de elaboração de candidaturas para a manutenção e alargamento dos acordos sociais condiciona as respostas e funcionamento das organizações;

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

- ✓ Reforçar a ação dos municípios na área da ação social e para públicos mais vulneráveis;
- ✓ Fomentar parcerias, partilha de experiências e formação ao nível das entidades com intervenção na área social;
- ✓ Gestão de formação e serviços concertados para as IPSS e entidades de economia social;
- ✓ Políticas Nacionais em termos sociais não são adequadas ao local
- ✓ Planear uma resposta estruturada em termos das necessidades da população deficiente que responda às necessidades dessa população e suas famílias;
- ✓ Resposta supramunicipal para as necessidades das minorias;
- ✓ Reforço da capacidade de negociação e aumento da escala do concelho.

**Em que é que o Referencial Estratégico pode ajudar cada um dos municípios e o Alentejo Central?**

### **CONTRIBUTOS PRIORITÁRIOS**

Constituição de um instrumento de Planificação SupraMunicipal ao nível Social
Ser um instrumento de planeamento estratégico que possa permitir uma intervenção integrada no território e obtenção de fundos para uma melhor intervenção social
Problemas relacionados com baixa qualificação e formação de ativos, jovens incluídos e consequentemente dificuldade em arranjar emprego
Compreender quais os fatores mais negativos e que necessitam de maior intervenção no concelho, como o desemprego e a pouca fixação da população jovem que conduz a uma população envelhecida
Planeamento/Articulação das respostas sociais ao nível supramunicipal
Diagnóstico Fundamentado e abrangente
Apresentação das linhas/áreas de intervenção prioritárias e necessárias para colmatar as necessidades e problemáticas existentes, permitindo o desenvolvimento da região/município
Harmonização de critérios para a elaboração de instrumentos de trabalho (PA, DS, PDS)
Melhorias a nível de financiamentos que permitam melhorar a intervenção social em cada município
O referencial estratégico poderá vir a ser uma importante fonte de informação atualizada e permitirá partilha de experiências entre os 14 municípios
Resposta supramunicipal para as necessidades das minorias.

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

O referencial estratégico deverá permitir a atualização permanente de dados, assim como a uniformização da informação
Reforço da capacidade de resposta/apoio especializado do município e agentes locais
Financiamento para habitação social/apoio ao arrendamento
Oferta formativa de abrangência distrital
Definir prioridades e macro objetivos da intervenção social
Diagnóstico supramunicipal deverá permitir uma atualização permanente de dados estatísticos referentes a cada município o que funciona como fundamentação da intervenção no terreno “Definir prioridades”
Diagnóstico atualizado que apoie instrumentos mais adequados
Permitir respostas mais adequadas
Permitir ter um diagnóstico atualizado que ajude a intervenções mais adequadas/inovadoras
Permitir respostas mais articuladas, eficazes ao nível do território
Elaboração de um sistema de informação local, segundo definido no DL 115/2006, com indicadores comuns, atualizado anualmente
Aumentar nº de equipamentos/respostas sociais no concelho e no Alentejo Central

### **CONTRIBUTOS MUITO IMPORTANTES**

Constituição de base de dados e informação atualizada ao nível de cada concelho
Permitir um retrato social de todo o Alentejo central que sensibilize todas as entidades para a necessidade de uma intervenção articulada para resolver estas problemáticas
Falta de projetos que deem resposta na área social, pobreza, 3ª idade, grupos de risco, etnias, etc
Perceber quais as alternativas para combater a baixa natalidade e as poucas habilitações escolares
Criação de espaços de partilha de conhecimento, experiências, metodologia, entre os vários municípios (técnicos)
Apoio a candidaturas a programas para financiamentos estruturais de âmbito social
Melhoria ao nível de equipamentos sociais e aumento de respostas no distrito
Seria benéfico que a CIMAC elabore candidaturas comuns de municípios a programas de desenvolvimento social de índole nacional e comunitária, particularmente de inovação social
Resposta estruturada no que respeita às necessidades da população deficiente e da população idosa

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Este referencial deverá assumir um papel de intercâmbio e de partilha de experiências entre os concelhos do Alentejo Central
Sistematização das respostas e concertação das boas práticas entre agentes locais e municipais
Maior apoio às entidades de economia social – financeiro, técnico e de acompanhamento informal
Criação de estruturas de saúde mental de abrangência regional/distrital
Criação de um instrumento de monitorização
Reforçar a ação dos municípios na área da ação social e para públicos mais vulneráveis
Definição de estruturas/áreas de estudo e análise comuns para todos os diagnósticos sociais da região
Criação de programas supramunicipais para diminuir problemáticas sociais, por exemplo, habitação social e integração social

### **CONTRIBUTOS IMPORTANTES**

Disseminação de boas práticas ao nível de todos os municípios que integram a CIMAC
Extrapolar Boas Práticas ao nível da intervenção social para o meu concelho
Compreender como se pode solucionar a problemática da excessiva população de etnia cigana e minorias étnicas
Realização de fóruns, formação de âmbito social que envolva todos os municípios
Criação de uma ficha de projeto (resumo) de boas práticas dos municípios, com o objetivo de poderem ser Replicados noutros concelhos
Melhoria ao nível da informação na rede intermunicipal
O Referencial estratégico poderá ser uma mais-valia se existir articulação e complementaridade entre a segurança social e a plataforma territorial supraconcelhia
O referencial estratégico deverá permitir conhecer quais as áreas onde é imperativo realizar-se formação para técnicos capacitando-os para as problemáticas emergentes do foro social
Proposta de capacitação dos agentes locais a um nível supramunicipal
Criação de mecanismos de apoio à autonomização – vítimas de VD, toxicodependentes, reclusos, jovens institucionalizados
Redefinir a escala dos problemas comuns de uma forma sistematizada
Potenciar o envolvimento de diferentes atores nas fases de planeamento e avaliação das intervenções na área social

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Mobilizar a plataforma supraconcelhia a partir do referencial
---

Dar a conhecer boas práticas dos vários municípios
--

Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

## **I.2. Jornadas de Trabalho: Programa e Síntese da informação recolhida**

**I.2.1. Programa das Jornadas de Trabalho “Referencial estratégico 2017-2020 para o desenvolvimento social no Alentejo Central”**

## Jornadas de Trabalho

# “Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central”

22 de junho - CIMAC



## Programa

09h30 – Receção dos Participantes

09h45 – Sessão de abertura - CIMAC

10h00 – Apresentação dos trabalhos em curso para a construção do Referencial Estratégico 2017-2020 para o Desenvolvimento Social no Alentejo Central – Monte ACE – Desenvolvimento Alentejo Central, Quaternaire Portugal

10h20 – Coffe break

10h40 – **Mesa Redonda** “Experiências e Práticas Municipais na Área da Ação Social”

Município de Évora – Sr.ª Vice-Presidente Élia Mira;

Município de Montemor-o-Novo – Sr. Vice. Presidente João Marques

Município de Portel – Dr. Rui Caeiro;

Especialista na área Social: Prof. Bravo Nico – Universidade de Évora;

Debate - **Moderação**: Primeiro secretário da CIMAC André Espenica;

12h10 – Encerramento dos trabalhos da manhã e Apresentação da metodologia para as Sessões Temáticas – Monte ACE – Desenvolvimento Alentejo Central, Quaternaire Portugal

12h30 – Pausa para almoço

14h00 – Sessões Temáticas – Monte ACE – Desenvolvimento Alentejo Central, Quaternaire Portugal

**Tema 1:** Saúde Mental e Inclusão Social – Sala 1º andar;

**Tema 2:** Qualificação e Inserção Sócio Profissional dos Jovens e dos Grupos Vulneráveis – Sala 1º andar

**Tema 3:** Envelhecimento Ativo no Contexto de Isolamento Crescente – Sala de Conferências R/C;

16h00 – Coffe break

16h20 – Apresentação das Conclusões das Sessões Temáticas

Monte – Contrato de Fornecimento de Prestação Serviços CIMAC



## **I.2.2. Síntese das conclusões das sessões temáticas realizadas no âmbito das Jornadas de Trabalho “Referencial estratégico 2017-2020 para o desenvolvimento social no Alentejo Central”**

### **GRUPO 1 – SAÚDE MENTAL E INCLUSÃO SOCIAL**

#### **A)- Instrumentos de diagnóstico, dinamização, monitorização e avaliação das problemáticas em causa**

- Instrumentos de diagnóstico da problemática da saúde mental na sua relação com a inclusão social – definição e recolha periódica de indicadores, criação de um “centro” de sistematização e racionalização de informação;
- Acesso à informação, documentos e orientações produzidos a nível nacional sobre a saúde mental;
- Necessidade de reforçar os canais de comunicação entre entidades e ministérios, nomeadamente nas áreas sociais e da saúde.
- Elaborar um diagnóstico da situação das problemáticas da saúde mental no Alentejo Central

#### **B)- Competências necessárias para intervir com valor acrescentado e qualidade de resposta**

- Conhecimento da dimensão e traduções – território, público-alvo – das problemáticas de inclusão associadas à saúde mental;
- Trabalho em rede e cooperação;
- Gestão de parcerias;
- Capacitação de técnicos e responsáveis de instituições: conhecimentos, aptidões e comportamentos;
- Competências de monitorização e avaliação

#### **C)- Recursos e instrumentos a mobilizar para operacionalizar respostas sociais mais eficazes, inovadoras e relevantes**

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

- Recursos Financeiros, identificando novas fontes de financiamento e promovendo a cooperação de recursos das instituições;
- Conhecimento – o envolvimento das Universidades neste domínio é essencial para assegurar uma lógica de investigação-ação;
- Boas práticas – as boas práticas que existem são um recurso a mobilizar;
- Programas de capacitação das entidades e técnicos.

## GRUPO 2 – INSERÇÃO SÓCIO PROFISSIONAL DE GRUPOS VULNERÁVEIS E QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO SOCIOPROFISSIONAL DE JOVENS

### **A)- Instrumentos de diagnóstico, dinamização, monitorização e avaliação das problemáticas em causa**

- Alteração de legislação ao nível das prestações sociais;
- Diagnosticar as necessidades do público-alvo;
- Aumento de técnicos para conseguir uma fiscalização mais rigorosa (avaliação) a quem recebeu apoios sociais

### **B)- Competências necessárias para intervir com valor acrescentado e qualidade de resposta**

- Cooperação e partilha intermunicipal;
- Capacitação das organizações (técnicos/associações);
- Conhecimento do tecido empresarial;
- Conhecimento das respostas dos territórios;
- Conhecimento da oferta formativa intermunicipal;
- Conhecimento das necessidades dos territórios;

### **C)- Recursos e instrumentos a mobilizar para operacionalizar respostas sociais mais eficazes, inovadoras e relevantes**

- Divulgação de ofertas de emprego;

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

- Criação de uma rede digital para divulgação de empresas ou entidades empregadoras ao nível do Alentejo Central (com atualização permanente);
- *“No calor do verão, férias em ação, programa com inserção dos jovens em tecido empresarial”*;
- Criação de equipas multidisciplinares para capacitação de jovens e famílias em risco de insucesso/abandono escolar;
- Encontro “Futuralentejo”;

### GRUPO 3 – ENVELHECIMENTO ATIVO NO CONTEXTO DE ISOLAMENTO CRESCENTE

#### **A)- Instrumentos de diagnóstico, dinamização, monitorização e avaliação das problemáticas em causa**

- Base de dados com a caracterização (quem são e qual a sua rede de suporte? Idade? Apoios disponíveis/necessários);
- Auscultação de necessidades manifestas e implícitas;
- Partilha de informação entre parceiros;
- Definir um plano de intervenção;
- Monitorizar e avaliar o plano de intervenção através da adesão, satisfação, motivação e necessidades satisfeitas e insatisfeitas.

#### **B)- Competências necessárias para intervir com valor acrescentado e qualidade de resposta**

- Competências de comunicação;
- Competências de gestão;
- Gestão de parcerias (para a complementaridade);
- Competências relacionais;
- Competências de avaliação

#### **C)- Recursos e instrumentos a mobilizar para operacionalizar respostas sociais mais eficazes, inovadoras e relevantes**

- Recursos Financeiros, nomeadamente os disponíveis em orçamento de programa de cada entidade;

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

- Coordenação entre entidades;
- Fundos comunitários;
- Programas de apoio ao desenvolvimento social;
- Responsabilidade social das empresas e fundraising;
- Recursos humanos e recursos materiais, nomeadamente os já existentes nas instituições/organizações;
- Voluntariado de proximidade;
- Envolvimento dos cidadãos em fóruns participativos antes da tomada de decisão;
- Rentabilização dos equipamentos existentes;
- Reafetação de alguns equipamentos encerrados para outro tipo de fins.
- Troca de informação/experiência ao nível da implementação de boas práticas com relevância para a população alvo.

## ANEXO II – FONTES DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA SOCIAL

## **Sobre as fontes de financiamento da Economia Social**

### Nota prévia

Constitui produto integrante da prestação de serviços de identificação e sistematização das fontes de financiamento que poderão apoiar o desenvolvimento de respostas e da economia social do Alentejo Central. Neste contexto, este documento foi organizado num anexo ao Referencial Estratégico, uma vez que se constitui como suporte ao potencial desenvolvimento de algumas das áreas de intervenção propostas. O Referencial Estratégico não pressupõe a identificação de fontes de financiamento para cada programa ou intervenção proposta mas esta reflexão e identificação das fontes de financiamento organizadas por tipologia constitui informação relevante para a eventual avaliação da viabilidade de intervenções supramunicipais e, também, para reforço da informação junto dos municípios e outras entidades.

### Algumas reflexões

Ainda que o Estado realize transferências consideráveis para as organizações da Economia Social, nomeadamente ao abrigo dos Acordos de Cooperação existentes, estas apresentam-se, de uma forma global, bastante descapitalizadas apresentando necessidades significativas de financiamento, para fazer face a novas e mais exigentes intervenções.

Os dados da Conta Satélite, divulgada no final de 2016, estimam que a Economia Social apresenta necessidades líquidas de financiamento na ordem dos 412 milhões de euros, o que revela a necessidade de melhoria do acesso a fontes de financiamento das entidades que compõem este setor. Ou seja, embora a Conta Satélite da Economia Social, não espelhe completamente a realidade da Economia Social em Portugal, pode afirmar-se que existe uma falha de mercado no financiamento de entidades da economia social, na medida em que as organizações encontram dificuldades em aceder a financiamento ajustados à sua atividade, necessidades e objetivos e, simultaneamente, o mercado de financiamento não dispõe de produtos especialmente formatados para estas entidades.

Atualmente assiste-se a uma inversão do modelo de financiamento tradicionalmente assistencialista das entidades da Economia Social, para um modelo aberto a diversos tipos de financiamento, nomeadamente mais próximos das soluções de mercado tradicionais.

### Fontes de financiamento

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

As fontes de financiamento da Economia Social em Portugal podem ser agrupadas nas seguintes categorias:<sup>4</sup>

- Fundos e programas europeus
- Fontes de financiamento nacionais
- Outros financiamentos externos

Pela sua importância atual e complementaridade em relação às fontes de financiamento nacionais, iremos detalhar mais pormenorizadamente os programas nacionais financiados por fundos europeus.

Antes de apresentarmos em detalhe as linhas dos programas operacionais com potencial impacto no financiamento da economia social do Alentejo Central, importa destacar alguns aspetos relacionados com as fontes de financiamento nacionais e financiamentos externos.

### ► A nível das fontes de financiamento nacionais destacam-se:

- Apoios financeiros públicos, onde se incluem os acordos de cooperação da Segurança Social ou o Fundo de reestruturação do setor solidário;
- Programas de microcrédito e crédito específico para o setor, como o *Microinvest* e o *Social Invest*;
- Diversos prémios, concursos e programas para iniciativas sociais, como o Prémio Manuel António da Mota, Prémio António Sérgio para a Economia Social, BPI Capacitar e EDP Solidária ou iniciativas da Fundação Calouste de Gulbenkian;
- Plataformas de angariação de fundos e *crowdfunding*, como a ESOLIDAR, a PPL ou a MASSIVEMOV, ...
- Diversos apoios não monetários e donativos diretos, como a Frota Solidário Montepio, Banco de Inovação Social, ES Jovem (CASES),....

### ► Relativamente a outros financiamentos externos encontramos:

- Concursos, nomeadamente lançados pelo Banco Europeu de Investimento (BEI)
- Investidores de impacto e fundos de impacto, como a NESTA ou a MUSTARD SEED
- *Crowdfunding* como a CAUSES ou a KIVA

<sup>4</sup> “A Economia Social em Portugal- Necessidades, perspetivas e fontes de financiamento”, José Manuel Fernandes e outros, 2016

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

---

- Apoios de Fundações Internacionais
- Bancos Sociais
- Fundos para o Investimento Filantrópico

### ► **Relativamente a fundos e programas europeus:**

Os fundos e programas europeus são as principais fontes de financiamento disponíveis para as entidades da Economia Social do Alentejo Central. Existem uma série de fundos europeus geridos centralmente, como por exemplo, o Programa para o Emprego e a Inovação Social (EaSI), o Fundo Europeu às pessoas mais carenciadas (FEAD), o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG), o Horizonte 2020 ou o Erasmus+. Todos eles contemplam financiamentos para projetos que devem ser construídos em parceria e podem responder a necessidades identificadas neste estudo. O conhecimento e acesso à informação sobre estes programas potencia a captação de recursos e a inovação na intervenção social, sendo contudo bastante exigente ao nível da organização das candidaturas.

No Portugal 2020, existem três objetivos temáticos (OT) diretamente relacionados com a Economia Social – OT 8 – Promover o Emprego e apoiar a mobilidade laboral; OT9 – Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza e OT 10 – Investir no Ensino nas competências e aprendizagem ao longo da vida.

O Programa Operacional Regional do Alentejo (POR Alentejo) e os programas temáticos da Inclusão Social (PO ISE) e Emprego e do Capital Humano (PO CH) adotaram os objetivos temáticos mencionados e respetivas prioridades de investimento.

O quadro seguinte apresenta as principais oportunidades de financiamento nos programas operacionais mencionados.



## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
PO Alentejo	10a - Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.	Investimentos em infraestruturas da educação pré-escolar	Alunos/formandos dos estabelecimentos de educação pré-escolar	Entidades que tutelam os estabelecimentos de ensino pré-escolar
	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação	Programa de reforço da educação pré-escolar	Alunos/formandos dos estabelecimentos de ensino e formação	Escolas e Agrupamentos de escolas  Municípios e demais instituições que tutelem os estabelecimentos de ensino e formação
	9b Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Melhoria do espaço público  Melhoria do espaço urbano  Equipamentos públicos de apoio e promoção do desenvolvimento económico  Construção de novos edifícios e equipamentos públicos específicos vocacionados para a promoção de serviços e recursos, nomeadamente de apoio ao desenvolvimento social e de promoção da inclusão social  Equipamentos públicos de promoção e dinamização do desenvolvimento cultural  Reabilitação integral de edifícios (habitação, equipamentos de uso público, comércio e/ou serviços)  Demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos  Reabilitação de edifícios públicos abandonados em zonas críticas	Grupos sociais específicos (idosos, deficientes, desempregados de longa duração, jovens, grupos desfavorecidos...)	Pessoas coletivas de Direito Público;  Pessoas Coletivas de Direito privado com natureza municipal ou intermunicipal  Administração pública direta ou indireta do Estado  Instituições de Ensino e Formação Profissional  Organizações Não Governamentais  Fundações e Associações sem Fins Lucrativos  Organismos que implementam instrumentos financeiros e fundos de fundos

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
		<p>Ações de apoio social</p> <p>Ações de combate ao abandono escolar, de promoção da ocupação dos tempos dos jovens</p>		
	8a - Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas	Investimentos em infraestruturas e equipamentos de Organizações da Economia Social	Empreendedores, Jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego; Desempregados que criem o próprio emprego, micro empresas ou PME que visem criação líquida de emprego	<p>PME</p> <p>Associações empresariais</p> <p>Pessoas coletivas de direito privado com e sem fins lucrativos, estas de natureza municipal, intermunicipal ou outra</p> <p>Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local</p> <p>Empresas Sociais</p> <p>Municípios</p> <p>Organismos que implementam instrumentos financeiros ou fundos de fundos</p>
	8b - Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	<p>Ações de apoio à elaboração, implementação e acompanhamento das estratégias de valorização económica</p> <p>Estratégias de marketing e de animação territorial;</p> <p>Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação assente numa lógica de “recriação” de produtos endógenos, conceção de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais</p>	Empresários e entidades que atuem na valorização dos recursos endógenos, em territórios de baixa densidade	<p>Pessoas coletivas de direito público e de direito privado com e sem fins lucrativos; Associações Empresariais, PME; Entidades privadas sem fins lucrativos, Comunidades Intermunicipais, Municípios, Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local</p>

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
		<p>Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos</p> <p>Dinamização de iniciativas sustentáveis centradas no território (e.g. valorização comercial de um produto local não ligado à agricultura)</p>		
	<p>8i - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores</p>	<p>Estágios profissionais na administração pública local</p>	<p>Pessoas em situação de desemprego e os desempregados de longa duração</p>	<p>Administração pública local; Comunidades Intermunicipais</p>
	<p>8iii - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras</p>	<p>Promoção do Empreendedorismo Social, disponibilizando formação essencial e apoiando a criação de microempresas especialmente vocacionadas para a economia social (Ex. Apoio domiciliário, empresas de serviços de proximidade, etc);</p> <p>Dinamização do empreendedorismo social, da inovação social e da economia social, tornando o empreendedorismo social uma vertente importante das diferentes iniciativas de promoção e reconhecimento do empreendedorismo;</p> <p>Apoio à criação de startups sociais;</p> <p>Incentivo ao empreendedorismo cooperativo.</p>	<p>Desempregados ou à procura do primeiro emprego; Desempregados (nomeadamente de longa duração) que criem o próprio emprego, micro empresas ou PME que visem criação líquida de emprego</p>	<p>Empreendedores, PME, associações empresariais, pessoas coletivas de direito privado com e sem fins lucrativos, estas de natureza municipal, intermunicipal ou outra, Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local, Empresas Sociais, Municípios</p>

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
	9a - Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	Qualificar a rede de equipamentos sociais existentes, em áreas onde existam necessidades não respondidas pela rede instalada, mediante processos de reconversão ou adaptação de respostas e serviços prestados – creches, jardins de infância, lares, ...	Cidadãos que necessitem de serviços de saúde ou de apoio social	Administração Pública dos sectores da Saúde e da Segurança Social; Empresas Públicas da área da Saúde, Organizações da Economia Social (IPSS ou outras organizações sem fins lucrativos); Administração pública local, CIM
	9d - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Apoio ao empreendedorismo cooperativo Diversificação de instrumentos de financiamento a Organizações da Economia Social; Animação territorial e inovação social.	Comunidades de base rural ou urbana e agentes económicos, sociais e institucionais intervenientes em processos de desenvolvimento local	Grupos de Ação Local
	9i - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade	Animação territorial e inovação social; Desenvolvimento de abordagens integradas, de âmbito local, direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações; Dinamização de ações intergeracionais (coaching intergerações) e ações de promoção da transmissão de conhecimento e memória; Inclusão social dos indivíduos de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria, que permitam contribuir para aumentar empregabilidade, combater situações críticas de pobreza e de exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos, e concretização de medidas de promoção da inclusão ativa; Inclusão social de crianças, jovens e outros, em contextos socioeconómicos vulneráveis, assente numa lógica bottom-	Idosos; Pessoas portadoras de deficiência e outros públicos desfavorecidos; Desempregados inscritos nos serviços de emprego como beneficiários do rendimento social de inserção; desempregados inscritos não beneficiários de prestações de desemprego ou do rendimento social de inserção que se encontrem numa das seguintes condições: (i) Inscritos há pelo menos 12 meses; (ii) Integrem família monoparental ou cujos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de facto se encontrem igualmente desempregados;	Entidades públicas e entidades privadas com e sem fins lucrativos; Empresas de qualquer natureza e forma jurídica, Fundações, Instituições da Economia Social, Administração pública (central desconcentrada e local)

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
		<p>up, em projetos localmente planeados, tendo por suporte instituições locais</p> <p>Contratos de Inserção; Contratos de Inserção + ;</p> <p>Contratos com pessoas inscritas nos Serviços de Emprego</p>	(iii) vítimas de violência doméstica	
	9vi - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais	<p>Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, através da antecipação do pagamento total ou parcial, destas prestações;</p> <p>Promoção do artesanato e dos ofícios tradicionais, através da integração profissional de desempregados e promovendo a criação do próprio emprego;</p> <p>Promoção do empreendedorismo social, disponibilizando formação e apoiando a criação de microempresas especialmente vocacionadas para a economia social (Ex. Apoio domiciliário, empresas de serviços de proximidade, etc);</p> <p>Dinamização do empreendedorismo social, da inovação social e da economia social, tornando o empreendedorismo social uma vertente importante das diferentes iniciativas de promoção e reconhecimento do empreendedorismo;</p> <p>Apoio à criação de startups sociais;</p> <p>Incentivo ao empreendedorismo cooperativo;</p> <p>Animação territorial e inovação social;</p> <p>Dinamização de ações intergeracionais (coaching intergerações) e ações de promoção da transmissão de conhecimento e memória;</p>	Comunidades de base rural ou urbana e agentes económicos, sociais e institucionais intervenientes em processos de desenvolvimento local	Grupos de Ação Local

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
		<p>Inclusão social dos indivíduos de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria, que permitam contribuir para aumentar a empregabilidade, combater situações críticas de pobreza e de exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos e concretização de medidas de promoção da inclusão ativa;</p> <p>Inclusão social de crianças e jovens e outros em contextos socioeconómicos vulneráveis, assente numa lógica bottom-up, em projetos localmente planeados, tendo por suporte instituições locais;</p> <p>Promoção de inclusão ativa, incluindo parcerias entre entidades do setor solidário e setor privado</p>		
PO ISE	<p>8i Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores</p>	<p>Estágios</p> <p>Apoios à contratação</p>	<p>Pessoas em situação de desemprego (ou equiparados nos termos da legislação nacional, como sejam os inscritos nos serviços de emprego como trabalhadores com contrato de trabalho suspenso com fundamento no não pagamento pontual da retribuição), os desempregados de longa duração, em particular com níveis etários mais elevados.</p>	<p>Pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos;</p> <p>Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central, incluindo Institutos Públicos</p>
	<p>8ii - Integração sustentável no mercado laboral dos jovens (FSE), em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em</p>	<p>Estágios</p> <p>Apoios à contratação</p>	<p>Jovens com idade inferior a 30 anos, em situação de desemprego</p>	<p>Pessoas singulares ou coletivas de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos.</p>

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
	risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude	<p>Percurso de formação modular (e.g. Vida Ativa)</p> <p>Programa Retomar</p> <p>Emprego Jovem Ativo</p> <p>Apoios a encargos salariais</p> <p>Apoios ao empreendedorismo jovem</p> <p>COOPJOVEM</p>	Jovens NEET dos 15-29 anos, onde se incluem dois subgrupos: os inativos e os desempregados, incluindo desempregados de longa duração	<p>Pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos;</p> <p>Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central, incluindo assim Institutos Públicos, autarquias locais, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas;</p> <p>Entidades que integram o setor empresarial do Estado ou o setor empresarial local;</p> <p>Estabelecimentos de ensino superior.</p>
	<p>8iv - Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego, na progressão na carreira, na conciliação da vida profissional e privada e na promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual</p>	Programa de Incentivo à Empregabilidade Parcial de Pais	Pessoas em situação de desemprego, privilegiando os jovens à procura de primeiro e novo emprego e desempregados de longa duração	Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos
		Formação e apoio técnico à elaboração e monitorização da execução de planos para a igualdade em entidades empregadoras	Trabalhadores/colaboradores e trabalhadoras/colaboradoras das entidades beneficiárias	<p>Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos;</p> <p>Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos, com realce para as PME;</p> <p>Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração local;</p> <p>Entidades do setor cooperativo</p>

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
		Apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres	Mulheres que pretendam criar o próprio emprego ou empresa	Associações de Mulheres Empresárias e outras Associações Empresariais, Comerciais e ou Industriais, Agências e Sociedades de Desenvolvimento Regional sem fins lucrativos, Cooperativas e outras entidades da economia social que desenvolvam projetos relacionados com as respetivas áreas de atividade.
	8v - Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	Cheque formação Formação modular para empregados, em especial em risco de desemprego Qualificação de trabalhadores de setores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais Formação modular para desempregados (e.g. Vida ativa)	Desempregados e desempregados de longa duração que se encontram mais próximos do reingresso no mercado de trabalho; Empregados, com especial enfoque nas pessoas empregadas em risco de perda de emprego	Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central, incluindo Institutos Públicos;  Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos
	8vii - Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes	Desenvolvimento e modernização das instituições	Utentes dos serviços ligados à regulação e gestão do mercado de trabalho	Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central, incluindo Institutos Públicos
		Desenvolvimento de estruturas de apoio ao emprego	Utentes do serviço público de emprego;  Imigrantes e seus descendentes;  Comunidades ciganas.	Entidades, públicas ou privadas, sem fins lucrativos



## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
		Mobilidade laboral no espaço europeu	Utentes do EURES	<p>Pessoas à procura de primeiro ou novo emprego;</p> <p>Pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos;</p> <p>Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central, incluindo Institutos Públicos</p>
		Investimento na infraestrutura do Serviço Público de Emprego	Utentes do Serviço Público de Emprego.	Rede de centros do Serviço Público de Emprego
		Reforço da capacitação institucional dos Parceiros Sociais com assento na CPCS	Pessoas singulares ou coletivas dos Parceiros Sociais que integram a CPCS	Parceiros Sociais com assento na CPCS
	9i Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade	Apoio à qualificação e emprego de pessoas com deficiência e incapacidade: Avaliação e orientação, Qualificação, Apoio à inserção e colocação no mercado de trabalho, Emprego Apoiado, Financiamento de produtos de apoio	Pessoas com deficiência e incapacidade e com capacidade de trabalho reduzida, em idade ativa	<p>Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central;</p> <p>Pessoas coletivas de direito público, que não integrem a administração direta do Estado;</p> <p>Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos (nomeadamente as credenciadas como Centros de Recursos - estruturas de suporte e apoio aos serviços de emprego, para a realização de intervenções técnicas</p>

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
				no âmbito da reabilitação profissional);  Pessoas singulares.
		Formação modular (e.g. Vida ativa) para desempregados de longa duração	Desempregados de longa duração com habilitações inferiores ao ensino secundário	Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central, incluindo Institutos Públicos  Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos
		Português para Todos	Adultos imigrantes, residentes em Portugal, devidamente enquadrados na legislação em vigor	Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central;  Associações públicas;  Entidades da administração indireta do Estado com responsabilidades nesta área;  Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos.
		Capacitação para a Inclusão	Grupos potencialmente vulneráveis, constituídos nomeadamente por pessoas com baixos rendimentos (DLD e beneficiários de RSI), ex-reclusos, jovens sujeitos a medidas tutelares educativas e cidadãos sujeitos a medidas tutelares executadas na comunidade, sem-abrigo, pessoas com comportamentos aditivos e	Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central;  Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, designadamente, instituições particulares de solidariedade social e equiparadas, misericórdias, associações de desenvolvimento local ou outras, cujo objeto social

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
			dependências, pessoas com deficiência e incapacidade, pessoas com problemas de saúde mental; Adultos que não sejam detentores das competências básicas de leitura, escrita, cálculo e em TIC.	preveja atividades no âmbito da ação social.
		Inserção sócio profissional da comunidade cigana	Comunidades ciganas;  Atores relevantes no processo de integração laboral das comunidades ciganas.	Entidades, públicas e privadas, sem fins lucrativos
		Cultura para todos – Inclusão social através da cultura	Pessoas com particulares dificuldades de inclusão social (e.g. pessoas com deficiência e incapacidade, crianças e jovens em risco, idosos, pessoas com comportamentos aditivos e dependências).	Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local;  Pessoas coletivas de direito privado, com e sem fins lucrativos
		Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	Pessoas desempregadas, pessoas com deficiência e incapacidade, crianças, jovens e suas famílias, pessoas idosas, residentes nos territórios abrangidos pelos CLDS.	Pessoas coletivas de direito público;  Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, incluindo associações empresariais, comerciais ou industriais;  Pessoas coletivas de direito privado, com fins lucrativos, desde

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
				que integrem os Conselhos Locais de Ação Social
		Projeto de Mediadores Municipais e Mediadores Interculturais em Serviços Públicos	Comunidades ciganas; Imigrantes e seus descendentes; Técnicos e profissionais dos diferentes ramos; Entidades locais, públicas e privadas	Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração local; Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos; Entidades da administração indireta do Estado com responsabilidades nesta área.
		Programa Escolhas	Crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos de contextos socioeconómicos vulneráveis, nomeadamente imigrantes, descendentes de imigrantes e comunidades ciganas, que se encontrem numa ou em mais das seguintes situações: i) em absentismo escolar; ii) com insucesso escolar; iii) em abandono escolar precoce; iv) em desocupação; v) com comportamentos desviantes; vi) sujeitos a medidas tutelares educativas; vii) sujeitos a medidas de promoção e proteção.  O Programa Escolhas considera também como participantes indiretos do Programa os familiares de	Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local; Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito privado, com fins lucrativos, no âmbito da concretização da responsabilidade social das organizações, desde que da parceria nenhum lucro ou proveito advinha para as empresas candidatas

Monte – Contrato de Fornecimento de Prestação Serviços CIMAC

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
			todos os participantes, professores, auxiliares, técnicos, entre outros.	
		Bolsa Especializada de Voluntariado	Pessoas singulares, potenciais voluntários	Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local  Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos
		Formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade	Pessoas singulares, potenciais voluntários.  Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos	Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central, incluindo Institutos Públicos;  Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos
	9iii - Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades	Ações de sensibilização e campanhas	Sociedade em geral;  Grupos específicos, como por exemplo: i) técnicos e voluntários de projetos de intervenção social; ii) funcionários de serviços públicos de diferentes áreas (como a saúde, educação, emprego, justiça, forças de segurança, entre outros); iii) profissionais da comunicação social; iv) alunos dos diferentes ciclos de ensino	Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
		Formação de públicos estratégicos	Agentes de formação, profissionais de educação, gestores, profissionais de recursos humanos, agentes sociais, forças e serviços de segurança, pessoal dos serviços de saúde, magistrados, advogados, funcionários judiciais, consultores, jornalistas, agentes de publicidade e outros profissionais cuja atividade possa ter impacto na consolidação da perspetiva da igualdade de género nas suas diferentes manifestações	Pessoas coletivas de direito público;  Pessoas coletivas de direito privado, habilitadas para a promoção da formação neste domínio, nos termos da regulamentação aplicável
		Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos	População em geral;  Vítimas de violência de género, nomeadamente doméstica e de tráfico de seres humanos e de mutilação genital feminina;  Colaboradores e dirigentes das entidades beneficiárias	Organizações não-governamentais e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, em cujos objetivos estatutários esteja prevista a promoção da igualdade entre homens e mulheres e que apresentem um plano de ação concreto a desenvolver neste domínio
		Proteção de vítimas de violência doméstica e apoio e acompanhamento especializados a vítimas de violência doméstica e a agressores de violência doméstica	Pessoas vítimas de violência de género, nomeadamente violência doméstica e tráfico de seres humanos	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), enquanto organismo público com responsabilidades no âmbito da promoção e defesa da Igualdade de Género e na implementação dos Planos Nacionais Contra a

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
	9iv - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral			<p>Violência Doméstica e Contra o Tráfico de Seres Humanos.</p> <p>Outras entidades públicas e privadas, quando pretendam desenvolver ações no âmbito das suas atribuições e articuladas com os Planos Nacionais</p> <p>Contra a Violência Doméstica e Contra o Tráfico de Seres Humanos</p>
		Modelos de apoio à vida independente (MAVI)	Pessoas com deficiência e incapacidade e seus cuidadores/famílias	<p>Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos;</p> <p>Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local</p>
		Rede de Cuidadores de Proximidade	<p>Pessoas idosas;</p> <p>Pessoas com deficiência e incapacidade;</p> <p>Pessoas singulares aptas para serem cuidadores de proximidade</p>	Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos
		Idade +	Pessoas mais idosas, em agregados familiares com vulnerabilidades sociais	<p>Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração local;</p> <p>Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos</p>
		Suporte ao doente em casa / na comunidade através do uso de tecnologias	Adultos com doença/risco de saúde que possa ser melhorada/mitigada pela	Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central e local, incluindo Institutos

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
			intervenção de cuidados de saúde à distância, seja por monitorização cuidada das variáveis de saúde, seja pela intervenção remota/aconselhamento e acompanhamento por profissionais de saúde.	Públicos, instituições de saúde públicas;  Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos
		Cuidados especializados	Famílias com crianças; pessoas com demência, pessoas com deficiência e incapacidade;  Técnicos e outros profissionais e colaboradores prestadores de cuidados.	Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central.  Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos
		Rede Local de Intervenção Social (RLIS)	Pessoas e famílias em situação de pobreza e de exclusão social, incluindo situações de crise e emergência social.	Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos  Pessoas coletivas de direito público
		Qualificação do sistema nacional de intervenção precoce na infância (SNIPI)	Técnicos e outros profissionais e colaboradores do sistema nacional de intervenção precoce na infância	Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos  Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local
		Apoio à Parentalidade Positiva	Crianças e jovens inseridas em agregados familiares em situação de vulnerabilidade social;	Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos;  Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração



## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
			<p>Agregados familiares em situação de vulnerabilidade social com crianças e jovens a cargo;</p> <p>Técnicos e outros profissionais e colaboradores de ação social</p>	central e local, incluindo Institutos Públicos
		Qualificação do apoio institucional a crianças e jovens	<p>Crianças e jovens em acolhimento institucional;</p> <p>Técnicos e outros profissionais e colaboradores em programas integrados de promoção da inclusão social para crianças e jovens</p>	<p>Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos;</p> <p>Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central, incluindo Institutos Públicos</p>
		Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante	Imigrantes	<p>Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos;</p> <p>Entidades da administração indireta do Estado com responsabilidades nesta área.</p>
		<p>Formação de técnicos das comissões de proteção de crianças e jovens</p> <p>Formação de técnicos de reabilitação</p> <p>Formação de profissionais do setor da saúde</p> <p>Sensibilização/(in)formação de suporte às reformas nos serviços sociais e de saúde</p>	<p>Técnicos e outros profissionais e colaboradores dos serviços sociais e de saúde;</p> <p>Técnicos de outras entidades que atuem junto das populações nas áreas sociais e de saúde;</p>	<p>Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos;</p> <p>Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central, incluindo Institutos Públicos, e pessoas coletivas da administração local</p>

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
			Utentes dos serviços sociais e de saúde	
	9v Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego	Fundos para a Inovação Social	Pessoas coletivas que integrem o âmbito das Organizações da Economia Social,	Instituições financeiras que se assumam como Gestoras de Fundos retalhistas de estímulo e apoio a iniciativas e investimentos em inovação e empreendedorismo social;
		Fundos para Títulos de Impacto Social	Vários (cidadãos ou instituições), dependendo do objeto de cada iniciativa apoiada;	Entidades ou consórcios gestores de títulos de impacto social;
		Parcerias para o Impacto	População servida pelos serviços públicos selecionados	Entidades do terceiro setor ou privadas promotoras de iniciativas e investimentos em inovação e empreendedorismo social early growth, que mobilizem capital especificamente para esse fim;
		Programa de Capacitação para o Investimento Social		Entidades do terceiro sector, públicas ou privadas que atuem enquanto intermediários de investimento social, apoiando a mobilização e colaboração em rede e a atração de financiamento para a capacitação do sector;  Entidades do terceiro setor, públicas ou privadas prestadoras de serviços de capacitação de organizações de inovação e empreendedorismo social  Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração

## Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central – o referencial estratégico

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Ações a apoiar	Grupos-alvo	Beneficiários
				central, incluindo Institutos Públicos.
		Reforço da capacitação institucional dos Parceiros do Conselho Nacional Para a Economia Social	Pessoas singulares ou coletivas das OES que integram o CNES.	Organizações da Economia Social com assento no CNES
PO CH	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação	Qualificação da intervenção precoce na infância e na educação especial - aumentar a taxa de cobertura de crianças apoiadas pelo SNIPI (Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância) através da alocação e formação contínua de maior número de educadores de infância especializados	Educadores de infância especializados e professores de educação especial	Pessoas coletivas de direito público da administração central e local; pessoas coletivas de direito privado com ou sem fins lucrativos.
		Programa de formação contínua de professores e gestores escolares	Docentes da Educação Pré-escolar	Pessoas coletivas de direito público da administração central e local; pessoas coletivas de direito privados com ou sem fins lucrativos.
		Programa de promoção da autonomia das escolas		
		Ações de inovação social para experimentação e teste de novas respostas na área educativa	Alunos do ensino básico e secundário e respetivas famílias e agentes do sistema educativo	Pessoas coletivas de direito público da administração central e local; pessoas coletivas que integrem o âmbito das Organizações da Economia Social; entidades ou consórcios gestores de títulos de impacto social, compostos pelos dois tipos de beneficiários anteriores

